



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PROCEDIMENTO
IMPRESINDÍVEL PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR**

Kaio da Silva Souza

Orientadora Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva

Tutora Profa. Dra. Maria Susley Pereira

Brasília (DF), Dezembro de 2015

Kaio da Silva Souza

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PROCEDIMENTO
IMPRESINDÍVEL PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora Doutora Edileuza Fernandes da Silva e tutoria da Professora Doutora Maria Susley Pereira.

TERMO DE APROVAÇÃO

Kaio da Silva Souza

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: FERRAMENTA IMPRESCINDÍVEL PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Profa. Ma. Maria Aparecida de Sousa Duarte - SEEDF
Examinadora externa

Profa. Dra. Edileuza Fernandes da Silva – FE/UNB
(Professora-orientadora)

Profa. Dra. Maria Susley Pereira –SEEDF
(Tutora-orientadora)

Brasília, 19 de dezembro de 2015.

Este trabalho monográfico é dedicado a todos os professores que
acreditam na escola pública.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a meus pais, Albenes Francisco e Margarete Joaquim, pelo incentivo e apoio em todas as etapas da minha vida sempre me guiando e orientando da melhor forma possível.

Agradeço a esta universidade, e todo corpo docente que oportunizaram a realização deste curso.

Agradeço a todos os professores e tutores que passaram por todo o processo de estudo, em especial a Andrea Garzezi, que nos ajudou e guiou em todas as etapas pré monográficas. Ao tutor Ricardo Pacheco, que iniciou o processo de orientação monográfica e por motivos de força maior precisou sair e a tutora Maria Susley, que deu continuidade ao trabalho do Professor Ricardo, nada deixando a desejar, sempre solícita e nos orientando da melhor maneira possível até a conclusão do curso. Agradeço ainda a professora Orientadora Edileuza Fernandes por todo conhecimento compartilhado nos momentos presenciais.

Agradeço aos profissionais que se prontificaram a participar da pesquisa e que direta ou indiretamente me auxiliaram muito para a elaboração e conclusão desta, em especial as professoras Cristiane Mendes e Hélia Mara, amigas e parceiras sempre dispostas a discutir e dividir conhecimento.

Seja em você a mudança que quer para o mundo
(Mahatma Gandhi)

RESUMO

Este trabalho monográfico investiga se a avaliação institucional tem sido situada como ferramenta imprescindível para a construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Cantinho do Saber. Inicialmente é apresentada a Avaliação Institucional como processo de democratização do ensino, seguida da relação entre projeto político-pedagógico e a coordenação pedagógica, trazendo considerações sobre a avaliação institucional. A pesquisa realizada foi de abordagem qualitativa por meio de questionários abertos e fechados aplicados a diretora da escola, dois coordenadores pedagógicos, quinze professores, seis profissionais da carreira assistência à educação e dez pais de aluno, além de análise documental, do PPP da escola. Três aspectos podem ser destacados nos resultados da pesquisa: os educadores consideram a avaliação institucional como parâmetro da qualidade de ensino, a avaliação institucional é vista como facilitador da gestão democrática e os pais, em geral, não têm conhecimento da avaliação institucional realizada pela escola. A pesquisa teve como referências vários autores dentre eles: Veiga, Vasconcellos, Paro, Gil e Gadotti, além dos documentos oficiais que amparam e embasam o processo de Avaliação Institucional. Encerra-se o trabalho com a conclusão de que a avaliação institucional na rede pública do Distrito Federal é uma ferramenta que deve estar presente no projeto político-pedagógico da escola e é indispensável para a gestão democrática.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; Projeto Político Pedagógico; Gestão Democrática.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1. Avaliação Institucional	13
1.1 A Avaliação Institucional e a democracia do ensino	13
1.2 Avaliação Institucional PPP e a Gestão Democrática.....	15
2. A coordenação Pedagógica.....	23
2.1 O papel do Coordenador	23
2.2 A Coordenação Pedagógica nas escolas de Ensino Fundamental I	25
3. Metodologia	28
3.1 Proposta Metodológica	28
3.2 Contexto da Escola Pesquisada	28
3.3 Instrumentos/Procedimentos de coleta de dados	30
3.4 Interlocutores	33
4. Análise de dados	35
4.1 Avaliação Institucional e PPP: Uma união necessária.....	35
4.2 A Escola e a Avaliação Institucional	38
4.3 A Coordenação, PPP e a Avaliação Institucional	43
Considerações finais	49
Referências Bibliográficas	52
Apêndice	56

INTRODUÇÃO

Ainda sou novo, mas minha história com a educação vem de berço, sou filho e neto de professoras, ambas da SEEDF e ainda atuantes. Costumo dizer que nasci, cresci e me desenvolvi dentro do âmbito escolar acompanhando minha mãe ou avó, em suas rotinas escolares, e podendo me apaixonar pela profissão desde o berço.

Dessa forma no ano de 2008, já terminado o ensino médio, ingressei no curso de Pedagogia, onde pude me aprofundar nas vertentes teóricas que desde cedo via e percebia na prática. Tive bons professores que ampliaram meu olhar acerca das diversidades da profissão.

Em 2010, ainda na faculdade, prestei concurso para professor da SEEDF, onde fui aprovado e classificado. No ano seguinte concluí minha graduação, e apenas fui chamado para posse em 2013.

Nunca antes estivera à frente de uma turma como regente, minha primeira experiência como professor foi após a posse, onde tive a oportunidade de estar à frente de uma turma de segundo período em uma escola de São Sebastião. Fiquei dois meses nesta escola e consegui, por meio de *ex officio*, ser remanejado para uma escola de Ceilândia, onde também atuei com Educação Infantil. Após o concurso de remanejamento, consegui permanecer na mesma escola.

Em meu segundo ano na SEEDF, tive a oportunidade de ser escolhido pelo grupo como coordenador pedagógico e pude perceber todas as dificuldades que coordenar um grupo consiste. Entretanto, creio ter feito um bom trabalho, obviamente que a falta de experiência pesou bastante, mas foi período de grande aprendizado, crescimento pessoal e profissional. Penso que a experiência de coordenação deveria ser vivida por todos os professores, para que possam compreender as necessidades e potencialidades do grupo escolar como um todo.

Neste ano, 2015, voltei para a sala de aula, onde estou como professor regente de uma turma de quarto ano, alunos com idade variando entre 8 e 14 anos. Tem sido uma experiência maravilhosa, tenho aprendido muito com os colegas professores e também com os alunos.

Atuo em uma escola com um grupo de trabalho muito receptivo e agradável, ao menos no turno vespertino, no outro turno sinto que existem mais empecilhos quanto as novas metodologias de ensino. Mas sabemos que o bom professor deve inovar sempre, desistir jamais, mesmo que tenha sempre um “estraga prazer” para lhe dizer que você não está ganhando a mais para fazer isso ou aquilo, que o entusiasmo é de quem é novo, ou que você é puxa saco da direção e até mesmo que já está velho de Secretaria e não precisa “aparecer”. Temos que erguer a cabeça dar respostas por meio dos resultados, porque quem trabalha com amor e dedicação colhe bons frutos. É nessa hora que os mesmos que criticam, querem saber por que seu trabalho vai tão bem.

O espaço da coordenação pedagógica nós, professores da Secretaria de Educação, já conquistamos. Como consta no PPP Carlos Motta (2012), “a conquista da coordenação pedagógica como condição essencial para se pensar/fazer Educação de qualidade vem intensificando e tornando ainda mais complexa nossa tarefa”, o desafio agora é saber aproveitar o máximo para que esses momentos sejam espaços de discussão, estudo, troca de experiência e planejamento, tendo por base os dados e resultados coletados nos momentos de avaliação institucional.

Desta forma, o presente trabalho abrange um contexto de formação em Coordenação Pedagógica aos professores das escolas públicas do Distrito Federal, onde o meu objeto de pesquisa é a avaliação institucional como ferramenta indispensável para a manutenção da Gestão Democrática e privilegiará uma pesquisa realizada na Escola Cantinho do saber (nome fictício). Tendo em vista que todos professores devem ter a consciência da necessidade de um coordenador pedagógico, que seja capaz de perceber as constantes mudanças, que seja também um pesquisador uma vez que o papel da coordenação frente ao processo de auto avaliação requer um cuidado especial.

A escolha desta temática se dá devido à avaliação estar inserida no Projeto Político-Pedagógico da escola e desempenhar o papel importantíssimo de possibilitar a construção da autonomia do sujeito e da instituição escolar, produzindo mudanças melhorando a qualidade da educação como um todo. Desta forma, precisamos ter uma escola ágil, que preze a si mesma e seja

capaz de se questionar, uma escola com ambições, que projete um futuro para si, que aspire a excelência e esteja disposta a reconhecer e aprender com seus erros; uma escola capaz de conviver com mudanças e de suspeitar de longas calmarias, para aprender que a mudança é a regra e a estabilidade, a exceção.

Além de valer-se da racionalidade dos meios, usando aferições quantitativas e indicadores clássicos, a avaliação institucional abrange dimensões qualitativas, inclusive, aquelas vinculadas ao Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Ao se avaliar não se espera eliminar todas as discordâncias, dúvidas e contradições características do cotidiano escolar. No entanto, a avaliação deve contribuir para revelar e estimular a identidade própria de cada escola, preservando também a pluralidade de opiniões que é constitutiva de qualquer escola.

Diante de todos esses dados apresentados em relação à Escola Cantinho do saber, surge uma questão a ser investigada para o avanço nos processos de gestão desta escola: a avaliação institucional tem sido utilizada como referência para a construção e o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da Escola? Porque, segundo Sordi e Ludke:

A aprendizagem da avaliação precisa ser elevada à condição estratégica nos processos de formação docente, sejam eles iniciais ou permanentes, e isso inclui o exercício da auto-avaliação pelos pares. Um professor familiarizado com estas práticas ganha condição de bem ensinar e bem realizar a avaliação de/com seus estudantes. Assim como compreenderá, com algum prazer, que lhe cabe o direito/dever de participar de processos de avaliação da escola em que trabalha, co-responsabilizando-se pelo desenvolvimento do seu projeto pedagógico. (2009, p.317)

Desta forma, desenvolve a noção de responsabilidade e uma atitude crítica. Para isso é necessário criar oportunidades para que se pratique a autoavaliação, começando pela apreciação de si mesmo, de seus erros e acertos, assumindo a responsabilidade por seus atos.

Segundo Virgínio Sá (2009, p.89), a avaliação institucional deve necessariamente ser holística e integradora e a auto avaliação quando bem orientada, surge para a melhoria na prestação do serviço educativo.

Isto porque a autoavaliação contribui para identificar os pontos fortes e pontos que necessitam de melhoria e que servem de estímulo para encontrar

novos desafios para melhorar o nível de desempenho e de prestação de serviços da escola.

Mediante a situação descrita e o questionamento de pesquisa apresentada, julgo que alguns objetivos podem ser traçados com o intuito de responder à questão principal. Sendo assim delimito os seguintes objetivos:

- Geral:
 - Investigar se a avaliação institucional tem sido utilizada como referência para a construção e o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da Escola.
- Específicos:
 - Analisar a concepção de avaliação institucional dos gestores, professores, coordenadores e membros do conselho escolar.
 - Verificar de que maneira a coordenação Pedagógica utiliza a Avaliação Institucional como parâmetro para elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

No primeiro capítulo será abordada a Avaliação Institucional e sua relação com a construção de um Projeto Político Pedagógico de qualidade, visando a democratização do ensino, seguindo os preceitos da Gestão Democrática.

O segundo capítulo traz a Coordenação Pedagógica como espaço de elaboração para a organização do trabalho e planejamento das ações que farão parte do cotidiano da instituição educativa, bem como as funções do coordenador pedagógico, na escola de ensino fundamental I, nos processos relativos ao ensino-aprendizagem e articulação com o grupo de professores.

No terceiro capítulo é explicitada a metodologia utilizada para a coleta de dados no que se refere à proposta metodológica, bem como o contexto da escola pesquisada, os instrumentos utilizados para coleta de dados e por fim, o perfil dos interlocutores participantes da pesquisa.

O capítulo quatro traz a análise dos dados, embasada nos questionários utilizados, além da análise documental do PPP da escola.

1. A Avaliação Institucional na construção do PPP

1.1. Avaliação Institucional e a democracia do ensino

Organizar o trabalho pedagógico em escola pública não é uma tarefa fácil é algo abrangente, requer uma formação de boa qualidade além de exigir do gestor um trabalho coletivo que busque incessantemente a autonomia, liberdade, emancipação e a participação na construção do projeto político-pedagógico. Numa gestão democrática, o gestor precisará saber como trabalhar os conflitos e desencontros, aliando-se à coordenação pedagógica para buscar novas alternativas e que as mesmas atendam aos interesses da comunidade escolar, compreendendo que a qualidade da escola dependerá da participação ativa de todos os membros, respeitando individualidade de cada um e buscando nos conhecimentos individuais, novas fontes de enriquecer o trabalho coletivo.

A educação é um instrumento primordial que viabiliza a prática da gestão democrática, pois seu papel é difundir a filosofia, o pensamento, o comportamento e as relações humanas que os alunos necessitam para viver numa sociedade, pois dessa forma estarão aptos a construir uma visão sólida e crítica da realidade educativa, buscando alternativas coletivas para os problemas no âmbito social e escolar.

A Avaliação Institucional é uma estratégia educacional para democratizar o processo ensino-aprendizagem, então é de suma relevância para o gestor programar novas formas de administrar que a comunicação e o diálogo estejam inseridos na prática pedagógica do docente.

Ao assumir esse papel o gestor deve necessariamente buscar a articulação dos diferentes atores em torno de uma educação de qualidade, o que implica numa liderança democrática. Dessa forma, a coordenação pedagógica é o elo de ligação da gestão com o grupo de professores e comunidade escolar, capaz de articular e interagir todos os segmentos da comunidade escolar. Nesse sentido, o objetivo é construir uma verdadeira educação com sensibilidade e também com destrezas para que se possa obter o máximo de contribuição e participação dos membros da comunidade.

Conforme Libâneo:

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporcionar um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais. (2004, p. 102)

De acordo com o autor, pode-se observar que a escola precisa ter liderança de um gestor comprometido com a qualidade da educação e com as transformações sociais que possibilite avançar o aluno nos mais variados aspectos: social, político, intelectual e humano. Organizar o trabalho pedagógico requer enfrentar contradições oriundas das diversas realidades que se encontra numa escola pública, daí a necessidade de a escola educar para a democracia.

A participação fortalece a gestão democrática, contudo há uma necessidade de descentralização e democratização da educação para que venha provocar mudanças pedagógicas no processo ensino-aprendizagem como afirma Lüdke (1996, p. 37), “o entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a idéia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agir sobre elas em conjunto”.

Conforme a autora ressalta a gestão participativa é uma necessidade de qualquer gestor que pretende priorizar a qualidade do trabalho pedagógico, nenhuma escola avança sem unidade do grupo, portanto a participação plena promovida pela gestão escolar pode dar sustentabilidade própria ao processo educacional fortalecendo o desenvolvimento de uma consciência social crítica direcionada à formação humana.

A qualidade da educação não depende apenas de uma gestão democrática, mas de um planejamento participativo e de um projeto pedagógico eficiente e contextualizado com a realidade da escola. Afirmar Veiga:

A escola é uma organização viva e dinâmica, que compartilha de uma totalidade social, e o seu projeto político-pedagógico deve ser também vivo e dinâmico, norteador de todo movimento escolar-seu plano global, seu plano de ensino, seu plano em torno das disciplinas e, inclusive seu plano de aula. Em fidelidade ao conceito de

formação, os sujeitos envolvidos-gestores, pais, professores e alunos- traduzem o projeto político-pedagógico concretamente, visando à construção da formação humana. E a finalidade das mediações de ordem escolar tem como parâmetro, ou deveria ter, a própria formação. (2001, p. 34)

Dessa maneira, a autora propõe o projeto político- pedagógico numa dimensão humana construído para auxiliar o trabalho educativo de professores, alunos, coordenadores e diretores, estabelecendo uma comunicação dialógica para propiciar a criação de estruturas metodológicas mais flexíveis para reinventar sempre que for preciso. A confirmação desse contexto só poderá ser dada numa escola autônoma, onde as relações pedagógicas se completam com as relações humanas.

Contudo, para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico que articule as reais necessidades locais que almeja a participação de todos, faz-se necessária a Avaliação Institucional para que todos os membros da comunidade escolar possam, juntos, dar vida a um PPP de qualidade.

1.2. Avaliação Institucional, o PPP e a Gestão Democrática

A avaliação compõe o processo educativo e caracteriza-se como meio de se obter informações e subsídios para correções e melhorias que forem necessárias. Nela elaboram-se juízos de valor, qualitativos ou quantitativos, sobre uma determinada atividade isolada ou processo, sobre um fazer, uma ação. Como afirma Rios e Pedrosa:

A avaliação vai muito além de simples olhares fragmentados em pequenos momentos, ela determina se os objetivos e metas estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo e do ensino, processando e coletando dados de forma a melhorar cada vez mais e atender as necessidades de ensino-aprendizagem, assegurando a cada passo sua eficácia ou não. (2010, p. 3).

A avaliação institucional é também uma maneira de estimular a melhoria do desempenho e de evitar que a rotina descaracterize os objetivos fundamentais. A avaliação institucional preocupa-se essencialmente com os resultados das ações educativas da escola, em particular, os relativos à ensinar e aprender.

Como afirma Fernandes (2010, p. 1), “consideremos que a avaliação é um elemento de nossos fazeres e ações, pois sem ela não tomamos decisões acerca das questões que compõem nosso cotidiano”, ou seja, deve-se fazer da avaliação um processo contínuo e aberto, no qual os setores da escola - pedagógicos e administrativos - reflitam sobre seus modos de atuação e os resultados de suas atividades em busca da melhoria da escola como um todo.

O termo grego *autós* quer dizer de si mesmo. Dessa forma, a auto-avaliação é um olhar profundo acerca dos próprios atos, posturas e procedimentos. Avaliar significa acompanhar mais de perto, aumentando as interações entre a equipe para aprimorar as ações da escola como um todo. E também verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas com os resultados esperados. É este contraponto entre o pretendido e o realizado que dá sentido à avaliação como um indicador de qualidade.

Culturalmente, a escola avalia o aluno, entretanto, olhar para si, e permitir que seus autores, atores e público alvo a avaliem é um processo novo e delicado, que requer especial atenção. Conforme Fernandes e Freitas (2008, p.20) é possível concebermos uma perspectiva de avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo, entretanto, o medo da exposição de suas fragilidades é um dos grandes obstáculos encontrados por parte dos profissionais em educação. Porém, não se pode fugir da urgência de praticá-la de forma negociada para que sejam gerados pertencimento e responsabilidades quanto a divulgação dos resultados.

A avaliação Institucional deve aparecer como ação estratégica de acompanhamento, controle e proposição destinada à qualificação do trabalho realizado, vez que a gestão da escola implica na tomada de decisões e na sua respectiva execução e avaliação. Tanto é que nos anos de 2008 e 2009, foram instituídos no calendário escolar dois dias letivos, um em cada semestre, destinados a avaliação institucional. Para Sousa:

A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar a tomada de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao

aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referência princípios e finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao tempo em que subsidia a sua própria redefinição. (1995, p. 63).

Dessa forma, a avaliação é vista como meio de promoção da qualidade de ensino. E o processo de avaliação escolar passa a contribuir para o aperfeiçoamento das ações no âmbito da escola.

Sendo assim, avaliação deve ser usada como parâmetro para que possamos melhorar a qualidade de ensino oferecido por nossas escolas. Dessa forma, devemos dar importância aos resultados das avaliações, é claro que esses resultados não podem ser vistos como “verdades absolutas” devido a vários fatores que devem ser avaliados. Mas trazem contribuições importantes para o processo de autoavaliação da escola, ou seja, a avaliação institucional. A avaliação institucional tem a necessidade de envolver a todos com base em situações vivenciadas pela própria escola. Ela pressupõe que a instituição assuma sua parte nos resultados sem abrir mão da responsabilidade que o Estado deve assumir diante das análises e resultados obtidos pela escola.

A avaliação nos dias de hoje, além de verificar o desempenho dos alunos durante seu processo de aprendizagem, aparece com um caráter de percepção de aspectos mais amplos, como por exemplo, a atividade docente, a estrutura, o currículo e o projeto da escola. Sendo usada como forma de melhoria institucional e de tomada de decisão, acaba por se constituir peça fundamental no desenvolvimento das ações referentes a estrutura, a prática docente e ao próprio aprendizado dos alunos.

Discutia-se muito no âmbito da educação, a avaliação da aprendizagem no sentido de compreender o que aluno “aprendeu” no decorrer do processo de escolarização e que segundo Hoffmann (2007, p.13) envolve e diz respeito diretamente a dois elementos do processo: educador/avaliador e educando/avaliando. Alguém (educando) que é avaliado por alguém (educador).

A avaliação formativa se enquadra nesse tipo de avaliação ao afirmar que não basta que se reduza a questões processuais, mas sim um

envolvimento de professores e alunos. Ainda para essa autora “a visão formativa parte do pressuposto, de quem sem a orientação de alguém, sem desafios cognitivos, é altamente improvável que os alunos venham adquirir de maneira mais significativa o conhecimento necessário”.

De forma conjunta, existe possibilidade de se realizar uma avaliação institucional formativa, no sentido que se leve em consideração tudo aquilo que compõe o sistema escolar e ocorra de maneira que contribua para os fins da educação. Sendo esta, um instrumento da própria gestão da instituição, a fim de medir o que está sendo feito em relação à sua qualidade, utilidade e relevância.

Nesse sentido, nos referimos à avaliação institucional, como um processo que abrange diversos aspectos da instituição, ou seja, a avaliação deixa de ser centrada na figura do professor e passa a ser dividida entre todos os membros da comunidade escolar. Assim de acordo Depresbiteris e Tavares (2009, p.9 apud Carminatti e Borges), podemos conceituar a avaliação institucional como aquela que está voltada para cada instituição de ensino e tem como fim analisar todos os componentes do processo educacional: currículos, desempenho de professores, materiais didáticos, infraestrutura, recursos econômicos e cursos de formação.

A concepção de avaliação utilizada em um sentido formativo abrange uma série de dimensões, com vista a aprimorar o processo educacional. Nessa perspectiva, a avaliação pode ser usada como instrumento de melhoria do aprendizado, e conseqüentemente, da qualidade do ensino. Esse tipo de avaliação pode ser feita de várias maneiras, mas sempre promovendo a melhoria das ações e colaborando com a tomada de decisão. Para Belloni e Belloni

A avaliação, para cumprir seu papel de estratégia de aperfeiçoamento institucional, tem, necessariamente, de ser tecnicamente competente e politicamente legítima, condições para que os resultados possam ser transformados em ações efetivamente relevantes e transformadoras. (2003, p.18)

Torna-se assim, a avaliação peça chave em todo o processo educacional, pois se usada de forma a diagnosticar possíveis problemas a fim

de promover mudanças e melhorias, a qualidade das atividades realizadas será apenas consequência de um trabalho bem realizado.

Elaborar um projeto político-pedagógico não é fácil, entretanto, não é tarefa impossível. Com um pouco de estudo e dedicação de cada profissional, engajados juntos com a direção e coordenação torna-se mais fácil, pois afinal, este será o seguimento, o planejamento de suas ações dentro da instituição, que servirão para tornar as ações de trabalho mais adequadas e eficazes. Mas a elaboração não é o fim, pelo contrário, é o começo.

Com a Avaliação Institucional, a escola precisa buscar sua funcionalidade, aplicando seus resultados na construção e retomada de um Projeto Político-Pedagógico que a contemple, buscando verificar onde foram obtidos avanços e o que não foi possível realizar. É nesse sentido que se faz necessária a Avaliação Institucional.

A escola de ensino fundamental pública tem necessidade de se autoavaliar e de ser avaliada externamente devido ao caráter público de suas ações. Como seu custeio e resultados afetam toda a sociedade, ela deve ser avaliada em termos de sua eficácia social e da eficiência de seu funcionamento.

Há a necessidade de se perceber o projeto pedagógico da escola como um documento que deve estar em sintonia com as necessidades da comunidade onde a mesma está inserida. De nada adianta ter um projeto pedagógico que já vem traçado pela Secretaria de Educação. O projeto pedagógico deve ser construído pela escola e para aquela escola, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional: equipe gestora, professores, coordenadores, funcionários, pais e alunos.

Projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para diferentes momentos do trabalho pedagógico-administrativo, desenvolver o sentimento de pertença, mobilizar os protagonistas para a explicitação de objetivos comuns definindo o norte das ações a serem desencadeadas, fortalecer a construção de uma coerência comum, mas indispensável, para que a ação coletiva produza seus efeitos. (VEIGA, 2003, p. 8).

O coletivo da escola, quando se propõe a construir o projeto político-pedagógico precisa ser bem claro, às diferentes concepções que permeiam o seu planejamento, uma vez que cada modelo parte de pressupostos contendo

finalidades e interesses bem distintos que evidenciam ou ocultam determinadas coisas no processo de construção.

A construção continuada desse projeto implica as tarefas coletivas de pensar/escrever o projeto, pensar/aplicar o projeto, pensar/avaliar o projeto e pensar/atualizar o projeto. Tais tarefas não ocorrem em momentos separados, mas num movimento que as integra, permeadas pela articulação teórico-aplicativa. (EYNG, 2002, p.28)

A escola é, e sempre será o lugar de gestação, construção, implantação, avaliação e atualização do projeto político-pedagógico. Embora seja um desafio permanente, tal processo deve ser dinamizado de forma coletiva, colegiada, democrática e participativa, promovendo assim a formação integral do ser humano e a identidade da escola.

O planejamento do ensino é o processo que envolve a atuação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo todas as suas ações e situações, o tempo todo, envolvendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos. (FUSARI, 1988, p. 10)

O planejamento anual é de extrema necessidade para que a discussão em torno do que se deve ensinar para cada turma, seja resolvido em conjunto, com todos os pares da equipe escolar.

A elaboração (coletiva/individual) dos planos de ensino depende da visão de mundo que temos e do mundo que queremos, da sociedade brasileira que temos e daquela que queremos, da escola que temos e daquela que queremos.

A busca pela qualidade de ensino e o sucesso escolar é constante e primordial para que a autoestima de todos os envolvidos no processo educacional aconteça de forma a levar todos os envolvidos à realização profissional e pessoal.

O sucesso escolar só é alcançado com a educação de qualidade e o envolvimento de todos da equipe para que isso possa ocorrer. Sabemos que o projeto pedagógico é o documento que norteia a educação dentro de uma unidade escolar. Mas, só há educação de qualidade quando o projeto pedagógico está enraizado e articulado com a realidade concreta dos educandos. Na gestão democrática pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.

O projeto que se constrói na escola é um projeto que é político por que forma o cidadão e é pedagógico porque se rege pelas ciências

da educação e suas decorrentes formas metodológicas de fazer pedagogia. (FERREIRA, 2008, p.14)

Assim, acredita-se que o sucesso escolar aconteça e, com isso, eleve a autoestima de todos. O sucesso escolar pode se apresentar nos resultados das avaliações internas e externas, ao comparar o desempenho dos alunos da escola com alunos de outras escolas.

O Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Para que a construção do Projeto Político-Pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

As reuniões pedagógicas e de planejamento, juntamente com a avaliação institucional, são momentos importantes para que esta discussão e construção do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar aconteçam de forma a não sobrecarregar nenhum dos envolvidos. O principal de todo esse processo é o saber ouvir do gestor escolar para que possa buscar, na teoria, o material necessário para a reflexão e, com isso, a construção real do projeto pedagógico dentro das necessidades da comunidade à qual a escola está inserida.

Segundo Betini (2005, p.02), “importância do Projeto Político-Pedagógico está no fato de que ele passa ser uma direção, um rumo para as ações da escola”, dessa forma, estabelece diretrizes básicas de organização e funcionamento da escola, integradas às normas comuns do sistema nacional e da rede estadual, define o conteúdo do trabalho escolar, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os princípios orientadores da Secretaria de Educação, a

realidade da escola e as características do cidadão que se quer formar, definem coletivamente objetivos e metas comuns à escola como um todo, e possibilita ao coletivo escolar a “tomada de consciência dos principais problemas da escola, das possibilidades de solução e definição das responsabilidades coletivas e pessoais”(AZANHA, 1998, p.15).

A construção do projeto pedagógico deve considerar, portanto, o desafio de articular as singularidades da escola que o produziu, às políticas públicas mais amplas. A reflexão coletiva da escola, acerca de suas próprias metas, objetivos e avanços, é extremamente importante e necessária a fim de que exista um compromisso de todos a respeito dos princípios que vão orientar o trabalho escolar, considerado em sua especificidade.

2. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

2.1. O Papel do Coordenador

A coordenação pedagógica dentro das escolas representa um espaço para a organização do trabalho e planejamento das ações que farão parte do cotidiano da instituição educativa. Diante desta realidade e com vistas à qualidade educacional, surge a função do Coordenador pedagógico, o qual deve estar à frente e ao lado do professor para auxiliá-lo na prática educativa. Estar à frente não significa estar acima, mas articular junto ao grupo as propostas de trabalho e os projetos a serem desenvolvidos ao longo do ano letivo, na busca de promover as aprendizagens necessárias aos alunos.

É coordenar o planejamento pedagógico para qualificar a ação do coletivo da escola, vinculando e articulando o trabalho ao Projeto Político-Pedagógico da instituição. Possibilitar também, a construção e o estabelecimento de relações entre todos os grupos que desempenham o fazer pedagógico, refletindo e construindo ações coletivas. Segundo Placco e Almeida (2003):

Pode-se dizer que todas as ações da coordenação pedagógica têm a intenção de transformar a postura do professor. Essas ações se apresentam nas reuniões pedagógicas, no acompanhamento das classes, no atendimento às necessidades e dificuldades. (2003, p.14)

Ao longo dos anos o papel do coordenador pedagógico foi confundido com uma extensão da direção, orientação educacional ou mecanógrafo. Embora sua função seja regulamentada através de um regimento interno, percebe-se que ainda falta uma maior compreensão acerca do desempenho do coordenador.

Conforme o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, publicado no Diário Oficial:

A Coordenação Pedagógica constitui-se em um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico. (DISTRITO FEDERAL, 2015, p.13)

Sendo assim, cabe à direção, supervisor e coordenador articular as ações pedagógicas a serem desenvolvidas juntamente com todos os funcionários. Sendo que o processo deve englobar o processo de ação-reflexão-ação, o qual contribuirá com o desenvolvimento e articulação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição, bem como da proposta de trabalho da rede.

O regimento deixa bem claro que as ações da instituição devem contemplar a viabilização e implementação do “Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal”. O coordenador desempenha um papel importante por fazer parte deste planejamento e também garantir a realização da Coordenação Pedagógica juntamente com a equipe gestora e coordenação intermediária. (DISTRITO FEDERAL, 2015, p.13).

O coordenador pedagógico é figura indispensável para a gestão democrática por sua função de auxílio e articulação no andamento dos trabalhos pedagógicos. Conforme consta no PPP Carlos Motta:

Para que a coordenação seja um espaço vivo, o coordenador pedagógico escolhido pelo grupo deve articular a reflexão do pensar e do fazer pedagógico. Para tanto, precisa assumir o protagonismo no apoio ao trabalho pedagógico, à formação continuada, ao planejamento e ao desenvolvimento do PPP, sempre visando a aprendizagem de todos os estudantes. (DISTRITO FEDERAL, 2012, p.112)

O coordenador pedagógico deve ter habilidade para promover o intercâmbio de experiências, sendo aberto a críticas e sugestões. Demonstrando aptidão para estimular o trabalho coletivo e reflexão entre os docentes, com compromisso e responsabilidade com a função de educador e com o desenvolvimento do currículo, coerente com a política e a filosofia educacional da Rede Pública de Ensino.

O espaço de coordenação coletiva, por meio de grupo de estudos, dinâmicas e estudos de caso que propiciem o debate e a reflexão, com certeza atuará na transformação do docente. Transformar é, segundo Paulo Freire (1970), trabalho conjunto dos educadores sobre a práxis de cada segmento envolvido no processo educacional.

2.2. A Coordenação Pedagógica nas Escolas de Ensino Fundamental I

A coordenação pedagógica das escolas de Ensino Fundamental I do Distrito Federal, de forma geral, é dividida por etapas de ensino: Bloco Inicial de Alfabetização, que engloba as turmas de 1º, 2º e 3º anos e 4º/5º anos. A coordenação é realizada da seguinte forma: segundas e sextas-feiras são os dias da coordenação individual externa, onde os professores podem realizar a preparação das aulas em ambientes fora do âmbito escolar. Nas terças e quintas-feiras a coordenação também é individual, cada grupo planejando junto às próximas ações didáticas a serem desenvolvidas, podendo também, ser os dias de formação continuada, através dos cursos ofertados pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do DF - EAPE. Já na quarta-feira é o dia da coordenação coletiva, onde todos os professores planejam ações conjuntas e interdisciplinares da escola, neste dia também, podem ser feitas coletivas de formação com agentes internos ou externos da IE, visando a melhoria do trabalho pedagógico.

Vale ressaltar que embora a legislação seja a mesma para o Sistema Público de Educação do Distrito Federal, cada escola cria suas estratégias de coordenação para atender as necessidades específicas de cada unidade de ensino, obedecendo sempre as regras estabelecidas pela Secretaria de Educação. Entretanto, como podemos observar no documento Orientações Pedagógicas vale ressaltar que o

Plano de ação da Coordenação Pedagógica - sistematiza a organização do espaço-tempo da coordenação pedagógica para desenvolvimento e articulação do trabalho pedagógico e da formação continuada. Para garantir que a coordenação pedagógica seja, de fato, o espaço-tempo primordial de planejamento, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico, é importante que o Plano de Coordenação. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.29)

O Regimento Escolar das Instituições Educacionais da rede pública de ensino do Distrito Federal regulamenta a coordenação pedagógica nas escolas (DISTRITO FEDERAL, 2015, 49). A portaria 284, de 31 de dezembro de 2014, especifica os critérios para distribuição de carga horária dos professores da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal – SEEDF - também estabelece normas para a coordenação pedagógica.

Alguns aspectos da portaria nº 284, relacionados à Coordenação Pedagógica, amparam e baseiam o trabalho a ser desenvolvido, a começar pelo fato da portaria garantir que a coordenação pedagógica deve constar no PPP da escola, bem como regulamentando as horas diárias destinadas ao planejamento, sendo que o planejamento e execução da coordenação pedagógica é de responsabilidade não apenas do gestor, mas também dos supervisores, e coordenadores pedagógicos, além de contar com auxílio das esferas pedagógicas e administrativas de âmbito intermediário.

Para o exercício das atividades de Coordenador Pedagógico Local, a Portaria nº 284 diz que o professor deverá:

- I - ser integrante da Carreira Magistério Público do Distrito Federal;
- II - ser eleito pelos professores da unidade escolar;
- III - ter, no mínimo, 03 (três) anos de efetivo exercício em regência de classe ou, caso não atenda este requisito, ter sua eleição justificada por seus pares, por meio de registro em Ata;
- IV - atender ao Projeto Político Pedagógico da unidade escolar;
- V - ter habilitação compatível com a etapa/modalidade da Educação Básica atendida na unidade escolar;
- Caso a unidade escolar não possua professor interessado para o exercício das atividades de coordenação pedagógica local, o coletivo dos professores e a equipe gestora poderão indicar professor de outra unidade escolar, desde que esteja em exercício na Coordenação Regional de Ensino a que a unidade escolar interessada esteja vinculada, devendo ter sua indicação referendada por seus pares em Ata específica, desde que não tenha participado do Procedimento de Remanejamento Interno/Externo e atenda aos requisitos necessários. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 6,7).

Diante disso, e de acordo com as Orientações Pedagógicas (2014) compete ao coordenador pedagógico:

- Discutir o entendimento de teoria e de prática, mostrando que as referências para a construção de teorias são sempre as práticas constituídas pela humanidade. (Muitos textos, vídeos podem auxiliar o coordenador na condução desse debate).
- Ouvir os professores para identificar suas demandas práticas e recomendar estudos que auxiliem na reflexão sobre o trabalho pedagógico. À medida que forem compreendendo os aspectos envolvidos em suas práticas e ampliando seu campo de visão sobre o trabalho, os professores perceberão a necessidade das discussões e estudos teóricos na Coordenação Pedagógica.
- Criar mecanismos que favoreçam a articulação da teoria à prática nos momentos de estudos, planejamentos, discussões. Para isso, podemos recorrer à Oficina Pedagógica da Coordenação Regional de Ensino para inserir atividades nas coordenações pedagógicas

que vão ao encontro do desejo e necessidade do professor, aproveitando para promover uma discussão teórica sobre o jogo, sobre o material didático que será confeccionado.

- Solicitar aos professores sugestões de textos, reportagens, livros que tenham lido, estudado e que recomendam ao grupo. Os professores gostam de compartilhar suas leituras, experiências, sugestões didático-metodológicas.
- Identificar professores com práticas pedagógicas interessantes para realizarem oficinas com o grupo. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.33)

É importante perceber que as contribuições destes educadores permitem o crescimento do grupo como um todo para que este seja voltado ao coletivo da escola. Assim os alunos passam a ser realmente de todos, numa dinâmica e perspectiva de coletividade, parceria e qualidade educacional, pois só assim contribui-se com o desenvolvimento do processo educativo.

3. METODOLOGIA

3.1. Proposta metodológica

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a Avaliação Institucional como elemento norteador do PPP escolar em uma escola da rede pública de ensino em Ceilândia, Distrito Federal. Dessa maneira buscou-se investigar, como objetivo geral, se a avaliação institucional é utilizada como referência para construção e desenvolvimento do PPP na escola, e como objetivos específicos, analisar a concepção de avaliação institucional dos professores, diretor, profissionais da carreira assistência, coordenadores e segmento de pais, além de verificar de que maneira a coordenação pedagógica utiliza a avaliação institucional como parâmetro para elaboração do PPP escolar.

3.2. Contexto da escola pesquisada

A Escola Cantinho do Saber funciona na zona urbana de Ceilândia, cidade satélite do Distrito Federal, e mantém até os dias atuais suas características no tocante ao aspecto físico, que é bastante precário, visto que, desde sua inauguração em 1980, nunca houveram reformas.

Inicialmente, o público atendido por esta escola era composto por alunos da 1ª série à 6ª série do Ensino Fundamental e somente a partir do ano de 1983 as turmas de 5ª e 6ª séries foram transferidas para outra escola. Neste período, a escola passou à atender a educação infantil. Nos anos de 1996 a 1998 foram incorporadas à escola, as classes de Supletivo I e II. Já no ano de 1999, a escola volta a atender apenas à educação infantil e às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, isto até o ano de 2004. Nos anos de 2006 e 2007, novas mudanças foram incorporados ao trabalho pedagógico desta escola com o ensino fundamental de nove anos e com a estratégia pedagógica BIA¹, com o Ensino Fundamental de nove anos. Atualmente, 2015, a escola atende desde a educação infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental.

A escola tem hoje um total de 987 (novecentos e oitenta e sete) alunos regularmente matriculados, frequentes e distribuídos nos turnos: matutino e vespertino. A atual clientela compreende alunos na faixa etária de 04 a 14

¹ Bloco Inicial de Alfabetização: este envolve três etapas: etapa I (6 anos), etapa II (7 anos) e etapa III (8 anos)

anos, organizados em: 3 turmas de 1º período; 4 turmas de 2º período; 4 turmas de 1º ano; 4 turmas de 2º ano; 7 turmas de 3º ano; 5 turmas de 4º ano; e 5 turmas de 5º ano, e 4 turmas de classe especial, totalizando 36 turmas, sendo 18 no matutino e 18 no vespertino, sendo que, três turmas terceiro ano são em regime de bi-docência, dessa forma, o quadro de docentes regentes consta de 39 professores. Para atender toda essa demanda, a escola conta com três coordenadores, um professor da sala de recursos e uma pedagoga e um supervisor administrativo. Até o ano de 2014 constituía o corpo pedagógico a figura de uma orientadora educacional, que se remanejou para outra regional, e uma psicóloga, que por motivos pessoais pediu exoneração do cargo. Até a conclusão deste trabalho, estas carências não foram preenchidas.

A área da escola é constituída por: 20 salas de aula (das quais 01 é utilizada como brinquedoteca, atendendo aos alunos da Educação Infantil e 1º anos; e duas como sala de reforço e de leitura); 01 sala de professores, 01 laboratório de informática- também utilizado como sala de vídeo, 01 sala de coordenação de núcleo (equipe psicopedagógica), 01 sala de direção, 01 sala de coordenação, 01 secretaria, 01 copa, 01 cantina, 01 depósito, 06 banheiros (sendo 02 adaptados para cadeirante), 01 sala para auxiliares, 01 parque infantil, 01 pátio coberto, 01 quadra de esportes, sendo que todas as dependências da escola necessitam de reforma.

Quanto a recursos materiais, a escola dispõe de 7 computadores para uso do corpo diretivo e pedagógico, 25 computadores para uso dos educandos, 4 impressoras, data show, duplicador, retroprojeto, 3 televisores, vídeo, DVD, 8 sons portáteis para uso em sala de aula, aparelho reproduzidor masculino e feminino, aparelho digestivo, aparelho circulatório, caixas de blocos lógicos, caixas de material dourado. Dos computadores especificados, 2 ficam na sala dos professores para que eles possam utilizar no momento de coordenação pedagógica para preparo de material para os alunos. A escola dispõe de wireless (sistema de internet sem fio) que deveria facilitar o trabalho uma vez que todos os funcionários possuem notebook, embora o acesso por internet sem fio esteja em constante reparo, não funciona em toda escola e oscila constantemente. No corpo docente da escola, nenhum professor tem mestrado

ou doutorado, mas todos possuem uma ou mais graduação e 90% tem pós-graduação.

Das auxiliares em educação, apenas duas ainda exercem suas funções iniciais, as outras passaram pelo processo de readaptação e auxiliam em outros âmbitos escolares. Os serviços de limpeza das salas e preparação dos lanches são por empresas terceirizadas.

A participação da comunidade é baixa no processo educativo e pode-se perceber que poucas famílias demonstram interesse e abertura na concretização do objetivo de inserir as famílias dos alunos na escola. No que se refere à parceria com a comunidade, têm-se buscado inseri-la melhor no espaço escolar. A comunidade faz uso da escola nos finais de semana nos encontros religiosos, tanto evangélicos como católicos. A comunidade se faz presente nos eventos realizados pela escola como o Dia da Família na Escola, festa junina e demais atividades. A Avaliação Institucional da escola se desenvolve por um processo de sensibilização através de reuniões para que as partes envolvidas (alunos, pais, professores e demais funcionários) possam perceber a importância da mesma, sendo ela um diagnóstico da situação atual, subsidiando o planejamento e a gestão institucional. Desta forma, todos os segmentos respondem a um questionário e, além disso, pode fazer suas críticas e sugestões para melhoria da escola. Com base nos dados coletados, a equipe gestora trabalha junto aos segmentos da escola executando mudanças possíveis nas estratégias e ajustes de metas à medida que a avaliação indica a necessidade.

3.3. Instrumentos/Procedimentos de coleta de dados

A escolha da abordagem qualitativa se deu por esta representar a mais adequada para este tipo de investigação no campo das ciências humanas e sociais (MINAYO, 2001).

Esta pesquisa buscará a opinião dos participantes acerca do tema sem a interferência do pesquisador e garantindo o anonimato dos colaboradores. Segundo Minayo (1994, p. 22), “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Ou seja, ela trabalha com as aspirações, motivos, crenças,

valores e atitudes. Desta forma, a abordagem qualitativa se revelou a mais adequada para alcançar os objetivos propostos. Isso porque, a pesquisa qualitativa revela áreas de consenso (positivos ou negativos) nos padrões de respostas. Ela determina quais ideias, geram uma forte reação emocional. Além disso, é útil em situações que envolvam o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas ideias.

A pesquisa qualitativa se ocupa com os processos, ou seja, saber como os fenômenos ocorrem naturalmente e como são as relações estabelecidas entre esses fenômenos. “A curiosidade e o empenho do pesquisador estão voltados para o processo, definidos como ato de proceder do objeto, quais são seus estados e mudanças e, sobretudo, qual é a maneira pela qual o objeto opera” (TURATO, 2003, p.262).

O objeto de pesquisa das “Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”, como afirma Minayo (2001), visto que a realidade social é o foco a ser estudada, sua dinâmica, tanto coletiva quanto individual. Pois, para a autora, esta aborda o “conjunto de expressões da subjetividade, nos símbolos e significados”, ou seja, no meio natural a ser estudado.

Minayo afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e as atitudes. (2001, p.21)

Segundo Ludke e André (1986), em todo trabalho desta natureza, é necessário que o pesquisador promova o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas e o conhecimento teórico acumulado. Esses devem ser relacionados ao tema que passará a ser parte integrante da investigação. O processo de pesquisa, de acordo com os mesmos autores, não se realiza numa dimensão ampliada, acima do ambiente pesquisado, mas, sim, dentro do próprio universo pesquisado.

Quando elaboramos uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Dessa forma o trabalho não apresentará nada de inédito, apenas mais um modo diferente de olhar e pensar determinada

realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais (DUARTE, 2002).

Segundo a mesma autora os métodos qualitativos oferecem muitos dados significativos, que os tornam muitas vezes difíceis de serem analisados. A literatura dos textos sobre metodologias de pesquisa em ciências sociais chama a atenção para tal dificuldade, entretanto, só se tem ideia da dimensão dessas considerações quando se está diante de seu próprio material de pesquisa. Assim:

[...] a confiabilidade e legitimidade de uma pesquisa empírica realizada nesse modelo dependem, fundamentalmente, da capacidade de o pesquisador articular teoria e empiria em torno de um objeto, questão ou problema de pesquisa. Isso demanda esforço, leitura e experiência e implica incorporar referências teórico-metodológicas de tal maneira que se tornem lentes a dirigir o olhar, ferramentas invisíveis a captar sinais, recolher indícios, descrever práticas, atribuir sentido a gestos e palavras, entrelaçando fontes teóricas e materiais empíricos como quem tece uma teia de diferentes matizes. (DUARTE, 2002, p.153)

A abordagem qualitativa nos permite ter uma visão ampla do objeto a ser estudado, visto que os questionamentos não tornam as percepções do pesquisado delimitada, pois contribui na liberdade e expressão da subjetividade do sujeito, de forma a se perceber a realidade social investigada. Sendo assim, o conhecimento se dará a partir do confronto entre as concepções do pesquisador e o ambiente investigado.

Serão usados como instrumentos desta pesquisa para a de coleta de dados, a técnica de aplicação de questionários, a serem distribuídos entre professores, coordenadores, gestores, auxiliares em educação e pais ou responsáveis, e também, a análise documental que será realizada através da análise do Projeto Político-Pedagógico da escola.

Segundo Gil (2006) o questionário é uma técnica de investigação com número considerado de perguntas e que tem por objetivo o conhecimento de opiniões dos respondentes, o assunto pode ser o mais variado, desde crenças, sentimentos, a situações vividas. Entre as vantagens para a aplicação de tal instrumento estão à possibilidade de

Atingir grande número de pessoas implica menores gastos com pessoal, garante o anonimato das pessoas, permite que as pessoas

o respondam no momento em que julgarem mais conveniente, não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. (GIL, 2006, p. 128-129)

O ponto principal para a elaboração e melhores resultados na pesquisa com este instrumento de coleta de dados, consiste na construção do questionário, ou seja, a sintonia entre os objetivos de pesquisa e as respostas que serão dadas a partir das questões elaboradas, fator determinante da qualidade dos dados da pesquisa, assim

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos de pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para testar as hipóteses ou esclarecer o problema de pesquisa. As questões consistem, pois, o elemento fundamental do questionário. (GIL, 2006, p.129)

3.4. Interlocutores

Para análise, foram distribuídos aos professores e coordenadores um questionário contendo 16 questões, 4 fechadas, 4 abertas e 8 mistas, para que eles pudessem responder a questões referentes a coordenação pedagógica, Projeto Político-Pedagógico e Avaliação Institucional. Dos 22 questionários distribuídos entre os professores, sendo que 15 devolveram o questionário respondido. Uma das coordenadoras não respondeu ao questionário, alegando não haver tempo para tal.

Aos profissionais da carreira assistência foram distribuídos 9 questionários contendo 8 questões, 5 fechadas, 1 aberta e 2 mistas, para que eles pudessem analisar a avaliação institucional escolar, a participação no processo e a importância dessa ferramenta, sendo que 6 questionários foram devolvidos ao pesquisador.

Para o segmento de pais ou responsáveis, foram distribuídos 10 questionários, contendo 11 questões, sendo 10 fechadas e 1 aberta, onde se pediu para que o interlocutor avaliasse a própria participação nas atividades escolares, o conhecimento do projeto escolar e avaliação institucional. Todos foram devolvidos.

O gestor escolar também respondeu a um questionário próprio com 11 questões, sendo 2 fechadas, 8 abertas e 1 mista, buscando perceber a visão

do gestor acerca da avaliação institucional, o envolvimento da coordenação pedagógica nesse processo e elaboração do PPP, dentre outros.

Para complementar a análise de dados, será realizada uma análise documental do Projeto Político Pedagógico escolar, buscando perceber onde a avaliação institucional foi utilizada para elaboração do mesmo.

Os documentos são fontes importantes de pesquisas, pois contém informações passíveis de reflexões. Gil (2006, p. 45) caracteriza a pesquisa documental como aquela que não recebe tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborada de acordo com os objetos de pesquisa. Nesses tipos de pesquisa são utilizadas fontes diversas e não só aqueles impressos, mas também relatórios de empresas, fotografias, gravações, jornais, filmes, etc. Severino (2008, p.125) vem de encontro quando afirma que “nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Uma das vantagens da análise documental é a importância de se considerar que os documentos como fonte rica de exploração e valorização do que pode ser estudado. Para Gil (2006) a pesquisa documental não exige contato com os sujeitos, mantendo-se, assim, uma certa imparcialidade.

4. ANÁLISE DE DADOS E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A pesquisa realizada visou à obtenção de informações que permitiram investigar se a avaliação institucional tem sido utilizada como referência para a construção e o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Desta forma, foram aplicados questionários para quatro categorias: o gestor escolar (1), professores e coordenadores (22), carreira assistência (10) e pais ou responsáveis (10).

Do grupo de professores retornaram 15 questionários respondidos, sendo que dois destes foram respondidos por coordenadores escolares. Para carreira assistência, dos questionários distribuídos, seis foram devolvidos. Quanto ao segmento de pais, todos responderam os questionários.

Serão apresentados a seguir os dados coletados dos professores e coordenadores pedagógicos. Os dados serão representados por tabelas, e em alguns casos também por gráficos para obter uma melhor visualização da questão apresentada.

Através da análise de dados, buscando a resposta aos objetivos desta pesquisa, foi possível agrupar os questionários em três blocos diferentes, sendo eles: **(1) Avaliação Institucional e Projeto Político-Pedagógico: uma união necessária**, **(2) A Escola e a Avaliação Institucional** e, por fim, **(3) Coordenação, PPP e avaliação Institucional**.

4.1. Avaliação Institucional e Projeto Político Pedagógico: Uma união necessária

Quando pensamos na relação entre Avaliação Institucional e Projeto Político-Pedagógico, devemos levar em conta que ambos os processos são interdependentes, ou seja, andam sempre juntas já que uma precisa do outro para que sua existência seja de qualidade. A importância de transformar esses dados em prioridades para o aprimoramento da escola é uma necessidade latente no seio escolar. Conforme os dados obtidos, percebe-se que 60% dos questionados acreditam que é importante transformar os resultados da avaliação em prioridades para melhorar a escola. Sendo assim, o resultado da avaliação é decisivo para que se possa perceber com maior clareza os erros e

acertos e para que as mudanças qualitativas ou novas propostas possam ser encaminhadas.

Tabela 01 - A importância da transformação dos resultados em prioridades

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Sempre	09	60%
Às vezes	06	40%
Nunca	00	0%
Total	15	100%

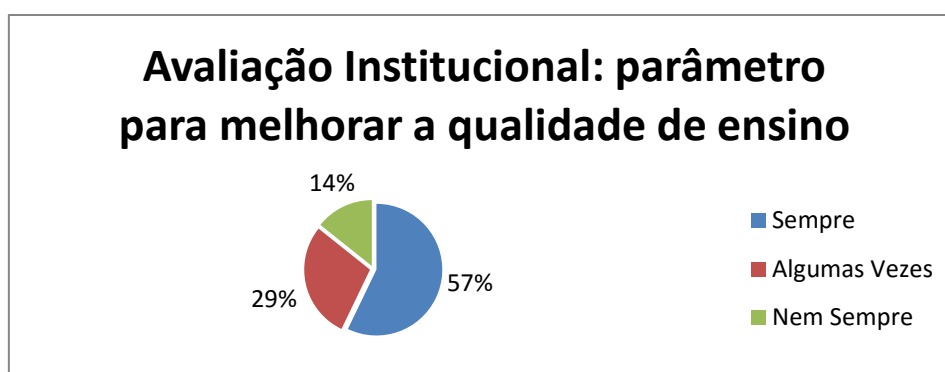
Fonte: Elaborada pelo autor.

Neste contexto,

A avaliação institucional permite a reestruturação do processo educacional e a iniciação de mudanças na Instituição. Este método contribui com a reestruturação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Instituição, tendo em vista melhorias em cada um desses pilares fundamentais. (SOUSA et al. 2013 p.3)

Isso nos leva a refletir que a Avaliação Institucional permite o aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa, na busca da melhoria da qualidade do ensino, nesse contexto, pode-se pensar a Avaliação Institucional como um instrumento que serve de parâmetro para melhorar a qualidade de ensino.

Gráfico 1 – Avaliação Institucional como Parâmetro



Fonte: Elaborado pelo autor.

A avaliação tem sido uma atividade central da prática pedagógica. Avaliar o ensino e a instituição educacional como um todo é uma necessidade pedagógica presente em todos os níveis educacionais.

Neste contexto, Veiga (2004, p.56) afirma que "o projeto não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação- reflexão -ação, que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar".

Desta forma, percebe-se que a avaliação nada mais é, do que a leitura da realidade daquele momento que vive a escola, visando traçar rumos para o planejamento da gestão de um próximo ano letivo, almejando à superação dos problemas detectados e o aperfeiçoamento dos processos de ensino/aprendizado. De acordo com 57% dos respondentes, a avaliação institucional da escola serve como parâmetro para a melhoria da qualidade do ensino. Esse é um bom indicador para repensar as práticas pedagógicas vivenciadas na escola, no entanto, é preciso melhorar esse número, visto que quatro dos respondentes alegaram que apenas algumas vezes a avaliação serve de parâmetro, justificando que nem sempre há o devido retorno das avaliações institucionais. Para que a Avaliação Institucional seja efetiva, e sirva de parâmetro de referência para a melhoria da Gestão Democrática, o retorno dos resultados obtidos deve ser divulgado, para que as propostas escolares possam fazer sentido àquela realidade escolar, sendo assim, um elemento norteador para a construção do PPP.

Tabela 2 – Avaliação institucional como referencia para melhoria da Gestão

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Sim	15	100%
Não	00	00%
Não sei responder	00	00%
Total	15	100%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Pôde-se perceber que os professores e coordenadores reconhecem a importância da avaliação institucional como parâmetro para melhoria da gestão, como salientou um professor: “de acordo com a devolutiva das avaliações, os gestores procuram melhorar ou ajustar o PPP para o ano

seguinte, na tentativa de atender, na medida do possível as demandas apontadas nas avaliações”. Conforme consta no documento Diretrizes da avaliação Educacional (2014, p. 56):

A Avaliação Institucional [...] destina-se a analisar a implementação de seu Projeto Político-Pedagógico para identificar suas potencialidades e fragilidades e orientar sua revisão com vistas à garantia da qualidade social do trabalho escolar. A reflexão coletiva é imprescindível para que novas ações sejam estabelecidas em função da realidade e das necessidades de seus atores, de forma a promover as aprendizagens dos estudantes e dos profissionais que ali atuam. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 56)

A avaliação Institucional é uma tarefa coletiva com finalidade voltada para um compromisso social e de qualidade, que visa o sucesso escolar, garantindo a participação de todos os envolvidos no processo. Ao conhecer os resultados de experiências e ações anteriores, o melhor caminho a seguir torna-se evidente.

4.2. A Escola e a Avaliação Institucional

Quando pensamos em escola e avaliação institucional, devemos levar em conta a escola em sua plenitude, ou seja, todos que a compõem: pais, alunos, professores, profissionais da carreira assistência, equipe gestora e comunidade escolar em geral. Dessa forma, ao mencionar a escola e a avaliação, associamos diretamente a participação ativa que todos devem ter no processo de avaliação e construção do PPP. Dessa forma, surge a necessidade de saber a opinião dos respondentes do que vem a ser a avaliação institucional.

De acordo com as respostas obtidas, é possível notar que os professores têm conhecimento da tarefa coletiva que envolve a avaliação institucional, como salientou um professor a avaliação institucional é um espaço de negociação coletiva, onde se busca melhorar o funcionamento escolar como um todo. Conforme Sordi e Ludke:

Sendo a avaliação institucional participativa um exercício de releitura da realidade escolar a partir de seus atores locais, apoiado em distintas evidências, parece-nos que a parada obrigatória e sistemática inerente ao processo de avaliação possibilita que estes atores voltem a se reconhecer como coletivo e como coletivo se interroguem sobre o projeto que pretendem construir e como coletivo se desafiem e se amparem para o trabalho árduo que os aguarda, se

de fato se colocarem a serviço da aprendizagem das crianças. (2009, p. 328)

Por ser uma ferramenta de avaliação de todo trabalho desenvolvido na escola, um professor ressaltou “que deve ser vista com mais seriedade pelos membros da Instituição de Ensino, por ser tão importante na construção de uma educação de qualidade”.

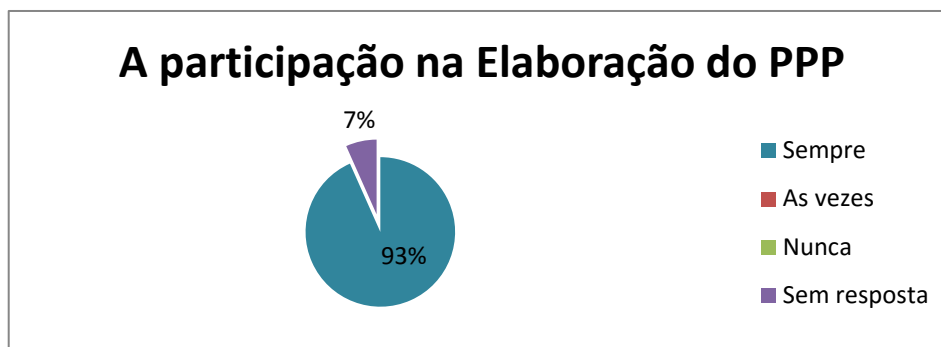
Entretanto, esse dado é preocupante quando analisados os questionários destinados ao segmento de pais e responsáveis. Já que apenas dois responsáveis alegaram ter conhecimento da avaliação Institucional da escola. Dessa maneira, faz-se necessário que haja uma conscientização da importância dos momentos realizados pela escola, para que a participação de toda comunidade seja efetiva.

Levando em conta que a Avaliação Institucional deve ter a participação de todos, é preocupante que funcionários da escola não participem, ou desconheçam o processo de avaliação institucional, que segundo o professor 7, é *“espaço para discussões coletivas, com o corpo docente visando a qualidade e o sucesso do processo de ensino e aprendizagem”*, podemos dizer que quando a escola é capaz de construir, implementar e avaliar a sua Proposta Pedagógica, coletivamente, ela propicia uma educação de qualidade, exercendo a sua autonomia pedagógica, conforme o art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (Lei nº 9394/96) que preceitua sobre a questão democrática do sistema de ensino público, o trabalho participativo descentralizando as decisões, leva à consciência crítica, criando e desenvolvendo instâncias coletivas como, os Conselhos Escolares (BRASIL, 1996).

Com a proposta de descentralização no que se refere a tomada de decisões e desenvolvimento do trabalho coletivo, é preciso que haja a participação de todos os envolvidos no processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola. A participação é fundamental para a articulação de uma Avaliação Institucional de qualidade e um PPP que seja a cara da escola. Com base nas respostas analisadas, dos 15 professores respondentes, 2 alegaram não participar da Avaliação Institucional, segundo uma delas, “a

escola desenvolve uma avaliação que não abre espaço para a participação de todos.”

Gráfico 2 – A participação na Elaboração do PPP



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os respondentes afirmaram que, o projeto é elaborado coletivamente, com a participação de todos os segmentos, um professor relatou que “há a participação coletiva na escola que permite e estimula à pergunta, a dúvida, a criatividade e a inovação de acordo com a necessidade escolar”. O questionário que não foi assinalada nenhuma opção por parte do professor, continha a seguinte resposta “não sei responder, pois nunca tive oportunidade de ver este trabalho na escola”.

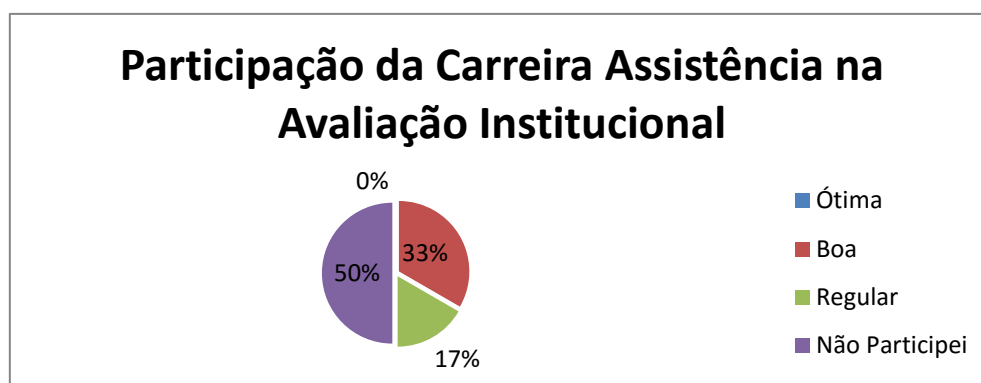
A quantidade de respostas positivas nos leva a refletir que projeto político-pedagógico deve estar voltado para construir e assegurar a gestão democrática que se caracteriza por sua elaboração coletiva e não se constitui em um agrupamento de projetos individuais, ou em um plano apenas construído dentro de normas técnicas para ser apresentado às autoridades superiores.

Neste sentido, Brito faz uma referência a essa questão:

O Artigo 12 da Lei 9394/96 define a incumbência dos estabelecimentos de ensino, dentre elas elaborar e executar sua proposta pedagógica. O artigo 14 trata da gestão democrática do ensino público na educação básica, incluindo a participação de profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (1997, p.112)

Entretanto, quando levamos em conta, as respostas obtidas nos questionários destinados à carreira assistência, visto que a maioria respondentes relataram não participar da avaliação institucional “*por ser da carreira assistência*”.

Gráfico 3 – A participação no PPP carreira assistência



Fonte: Elaborado pelo autor.

No que se refere ao segmento de pais e responsáveis, a realidade não é muito diferente, já que entre os pais respondentes, apenas dois alegaram conhecer e participar da Avaliação Institucional.

Tabela 3 – O conhecimento dos pais acerca da avaliação Institucional

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Sim	02	20%
Não	05	50%
Não sei responder	03	30%
Total	10	100%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Segundo o Gestor existe uma comissão interna responsável pela operacionalização da Avaliação Institucional, que também poderia ajudar quanto ao planejamento de ações junto aos pais. Esta comissão é composta pela equipe gestora e coordenação pedagógica, dessa forma, pode-se dizer que esta é uma definição que está centralizada nas figuras do diretor e coordenador pedagógico, visto que esta comissão pode ser composta por: “diretor, vice-diretor ou supervisor, coordenadores pedagógicos, orientador

educacional, integrantes do EAA, SAA, sala de recursos, Carreira de Assistência à Educação e outros profissionais da escola que o grupo poderá indicar” (Orientação Pedagógica, p.16, 2014). Sendo assim, podemos perceber que essa é uma exigência legal e diretriz que precisa ser transformada em realidade pela escola. Como explicitado no Projeto Político-Pedagógico Carlos Motta (2013)

A participação da comunidade escolar, no contexto da gestão democrática, diz respeito à corresponsabilidade pela gestão, pelas atividades pedagógicas e pelas aprendizagens dos estudantes e de todos os envolvidos no trabalho da escola de forma mais direta. Consideramos que a comunidade escolar abrange o grupo das famílias e responsáveis pelos estudantes, professores, especialistas, servidores, pedagogos, gestores e os próprios estudantes. A comunidade escolar funciona como um sujeito coletivo. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p.23)

Não se trata apenas de assegurar o cumprimento da legislação vigente, mas de garantir um momento único de construção, organização, decisão e autonomia da escola. Por isso, faz-se necessário evitar que essa exigência se reduza a mais uma atividade burocrática e formal a ser cumprida, além disso, a essa interação é citada como objetivo no Projeto Político-Pedagógico construído pela escola, onde consta: “Articular a interação escola-comunidade garantindo o bom funcionamento desta instituição de ensino” visando esse objetivo, a participação da comunidade escolar deve ser de forma efetiva, como pode ser percebido na tabela abaixo:

Tabela 4 – Como deve ser a participação da comunidade escolar no processo de autoavaliação?

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
De forma efetiva	15	100%
Esporádica	00	0%
Não deve participar	00	0%
Não sei informar	00	0%
Total	15	100%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Conforme o resultado das respostas 100% concordam em dizer que participação deve ser de forma efetiva. Importante lembrar que a auto-avaliação constitui uma oportunidade de reflexão, aprendizado e crescimento para a comunidade escolar. Neste sentido, Saul diz que:

A avaliação, como a vejo, pode ser uma "grande janela", através da qual podemos entrar e alterar as nossas práticas cotidianas, ou seja, o nosso projeto pedagógico. Com isso queremos significar que através da janela da avaliação é possível alterar o que desenvolvemos na sala de aula, a relação com os colegas da Escola, prevendo a própria concepção da Escola como um todo. (SAUL, 1994, p.65)

Desta forma, podemos perceber que a avaliação é um meio que podemos utilizar para rever e melhorar nossas práticas pedagógicas, e mais, a avaliação institucional pode, e deve ser utilizada como fator facilitador da Gestão Democrática.

Tabela 5 – Avaliação institucional como facilitador da gestão democrática

VARIÁVEL	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Sim	15	100%
Não	00	00%
Não sei responder	00	00%
Total	15	100%

Fonte: Elaborada pelo autor.

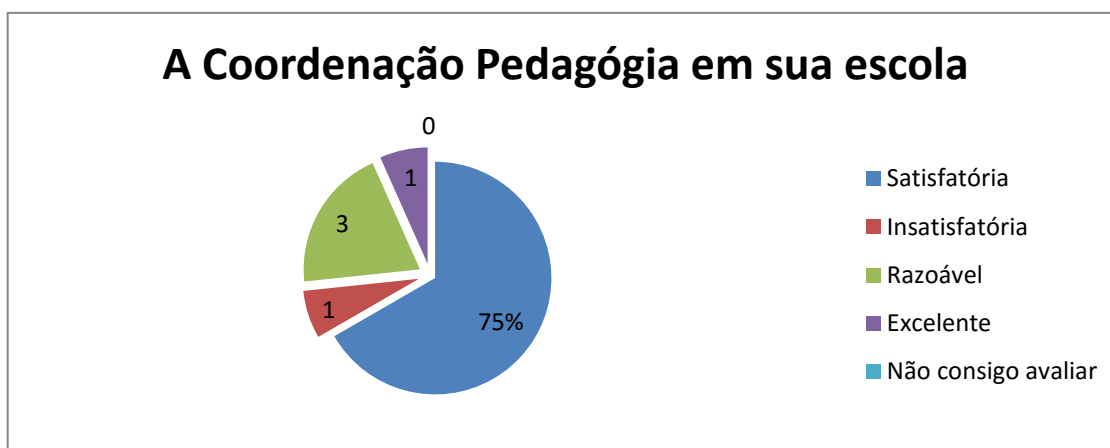
A avaliação deve constituir instrumento de mudanças e de participação democrática. Pois, “Se a avaliação aspira ser parte da mudança, ela não deve converter-se apenas em instrumento metodológico e processo institucional ao final de uma etapa para atender exigências externas.” (CARVALHO & PORFIRO, 2001, p. 19). De acordo com o resultado obtido, 100% dos questionados concordam que a avaliação institucional seja um fator facilitador da gestão democrática.

4.3. Coordenação, PPP e Avaliação Institucional

Com base na análise de dados, podemos observar que 11 professores avaliaram a coordenação pedagógica como excelente ou satisfatória, os professores parecem concordar que a coordenação faz o que está ao alcance

para auxiliar a equipe docente, bem como está sempre buscando meios e “soluções para melhor atender aos educandos, entendendo suas limitações em articulação com as propostas curriculares.” (Professor 6 – questionário, 2015).

Gráfico 4 – A coordenação Pedagógica na escola



Fonte: Elaborado pelo autor.

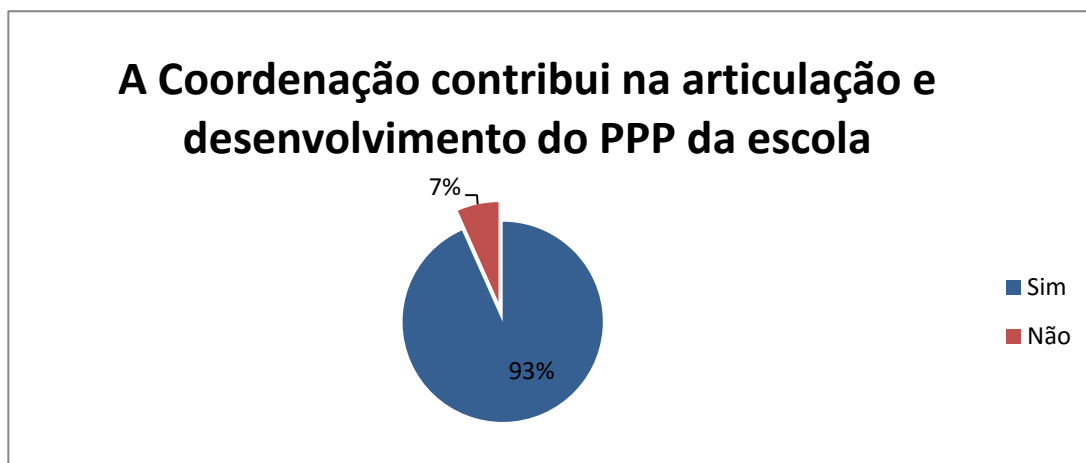
Entretanto, quatro professores assinalaram a coordenação pedagógica como razoável e insatisfatória, respectivamente. O primeiro relatou que a coordenação “deveria desenvolver um trabalho mais significativo juntamente com o grupo de professores na escola”. Já o segundo foi mais incisivo, segundo o professor, “Falta o mais importante no cargo, digo, função, que é estar perto dos professores, orientando-os nos desafios diários. Sinto que seja por falta de conhecimento dos documentos oficiais da SEDF”. Como descrito nas Orientações Pedagógicas (DISTRITO FEDERAL):

Algumas queixas por parte dos professores são comuns nos momentos de coordenação pedagógica, principalmente as relacionadas à relação teoria-prática. O cotidiano complexo do trabalho docente acaba levando a querer e a buscar alternativas didáticas mais práticas para sua realização. No entanto, isso não quer dizer que privilegiaremos apenas a prática como um fim em si mesma. Até porque se assim for, não contribuiremos para a formação continuada reflexiva dos profissionais. (2014, p. 34).

É sabido que o coordenador pedagógico é figura de extrema importância na elaboração e acompanhamento de todo o fazer pedagógico da escola,

devendo ele estar sempre ao lado dos docentes no processo de articulação do trabalho aliando a teoria e a prática aos anseios descritos no PPP escolar.

Gráfico 5 – A contribuição da coordenação na Articulação do PPP



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando questionados acerca da contribuição da coordenação na articulação e desenvolvimento do PPP na escola, a grande maioria dos professores responderam que sim, a coordenação “oferece condições para que seja realizado um trabalho coletivo atendendo as propostas curriculares”. (professor6, questionários, 2015)

O professor que respondeu não, alegou não haver o PPP na escola. Com base na análise documental, pôde-se perceber que o Projeto Político-Pedagógico da escola consta do ano de 2014, não havendo PPP 2015. Sendo que as atividades que estão em curso este ano são de um projeto paralelo que não está citado no projeto escolar analisado. Nesse documento, pôde-se constatar também que não consta o aprofundamento da Avaliação Institucional, nem as medidas adotadas para torná-la um instrumento efetivo para o aperfeiçoamento da Gestão Escolar e do PPP.

Como sabemos, o Projeto Político-Pedagógico escolar deve ser revisto e analisado anualmente, ou quando os membros da escola e comunidade acharem necessário para que os objetivos possam sempre estarem adequados à realidade local. É importante que haja a periodicidade da avaliação das

metas e prazos para que sejam ajustados conforme os resultados obtidos pela escola.

Conforme vemos nas orientações pedagógicas:

No atual contexto de gestão democrática no Distrito Federal, em que as equipes diretivas e conselhos escolares, legitimados pelo voto direto da comunidade escolar, assumem a gestão de um projeto democrático de escola e de educação com qualidade social, é importante resgatar o PPP como importante instrumento de gestão escolar que concretiza o currículo, alma e movimento da escola (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.14).

Dessa forma, fica garantida a autenticidade do PPP escolar sempre aliada à proposta curricular, formação docente, gestão administrativa e qualidade de ensino. É importante que o projeto descreva aspectos relativos aos valores que se deseja instituir na escola, e que valores e objetivos precisam se ajustar aos anseios do ano vigente, ao currículo e à organização, relacionando o que se propõe na teoria com a forma de fazê-lo na.

Acerca da relação entre coordenação pedagógica, docentes e processo de ensino-aprendizagem, também houveram divergências. Enquanto a maioria dos professores afirmaram ter uma relação de apoio e parceria, tendo “uma relação satisfatória, com um trabalho coletivo, reflexivo e crítico em que há a participação de todos”. Um dos respondentes salienta que é “uma relação que deixa a desejar em alguns momentos, pois se ocupam com atividades de outros segmentos, e a coordenação pedagógica fica prejudicada”.

Como explicitado anteriormente neste trabalho, o coordenador pedagógico local, tem como função, dentre outras, ouvir os professores para identificar as demandas do grupo criando mecanismos de articulação entre teoria e prática. Vale lembrar que a maior parte do trabalho do coordenador é junto ao grupo de professores, devendo evitar ocupar-se com demandas administrativas, para que o grupo não se sinta prejudicado.

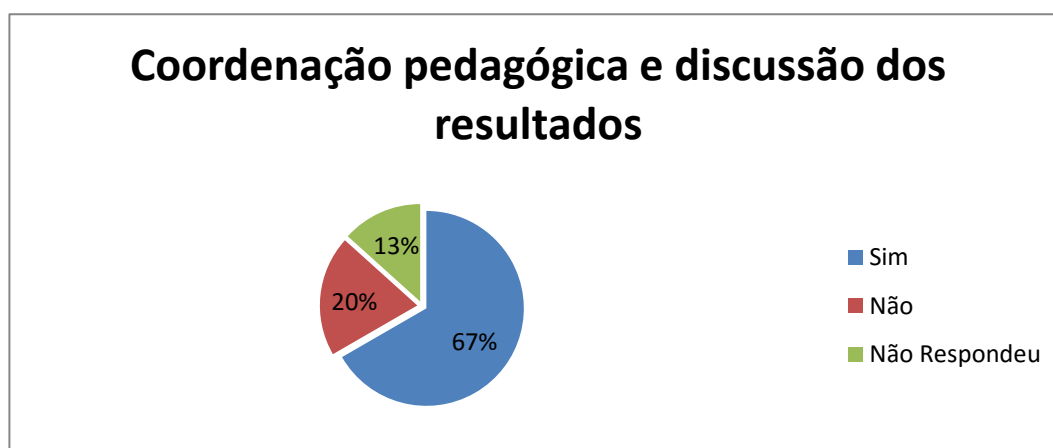
A maioria dos professores descreveram a coordenação como participativa, ativa e que apoia e auxilia o grupo de acordo com as necessidades, mas não fizeram a relação entre a coordenação pedagógica e a Avaliação Institucional. Um professor respondeu que a coordenação pedagógica se envolve na organização dos trabalhos, a serem desenvolvidos pelo grupo (pautas, dinâmicas, textos informativos), a coordenação pedagógica

não pode ter seu fim em elaboração de pautas, dinâmicas e textos informativos. Em um processo de Avaliação institucional o coordenador assume caráter de liderança para a implementação das melhores propostas para o adequado funcionamento pedagógico da instituição.

O trabalho em equipe e o conhecimento dos projetos e avaliações escolares, por parte dos professores e comunidade local são de extrema importância para se chegar as metas estabelecidas. Cabe ao coordenador, também, direcionar e liderar o grupo, esclarecendo a importância da participação de todos nos processos avaliativos, bem como as funções e deveres de cada um em cada etapa.

Com base nas informações dos respondentes, dez professores disseram que a discussão dos resultados ocorre em momentos de coordenações coletivas, e também com a presença dos professores e demais funcionários da escola.

Gráfico 6 – Coordenação Pedagógica e discussão dos resultados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos professores que responderam sim, a coordenação discute os resultados, quatro afirmaram que este momento ocorre nas coordenações coletivas, com a presença dos professores. Apenas um disse que esse momento ocorre com “a presença dos funcionários da escola e comunidade escolar”.

Da mesma forma que a Avaliação Institucional deve ser realizada pela escola, dentro dela e com todos a que compõem, seus resultados e discussões

advindas desse processo deve ser aberto a todos, para que se possa ter conhecimento do que será trabalhado, quais sugestões foram acatadas. É preciso descentralizar a figura do gestor escolar e integrar a todos nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação institucional é uma maneira de estimular a melhoria das aprendizagens e de evitar que a rotina descaracterize os objetivos fundamentais. A avaliação institucional preocupa-se essencialmente com os resultados das ações educativas da escola, em particular, os relativos a ensinar e aprender. Deve ser um processo contínuo e aberto, no qual todos os segmentos da comunidade escolar possam refletir sobre seus modos de atuação e os resultados de suas atividades em busca da melhoria da escola como um todo. Trata-se de um processo de mudança e de melhoria lento, gradual, com avanços e retrocessos, de não acomodação, de compromisso com o futuro.

Essa temática buscou destacar a avaliação institucional como ferramenta imprescindível para a construção do projeto político pedagógico escolar. Isso porque a avaliação institucional é uma peça fundamental no processo de gestão democrática da escola.

Tendo como realidade a Escola Cantinho do Saber, conforme apresentado na análise de dados, ficou constatado que o projeto político-pedagógico é muito importante para o bom funcionamento da escola, bem como a participação coletiva da comunidade escolar na construção do projeto. Isso porque é o projeto político-pedagógico que prevê todas as atividades da escola.

Os dados obtidos no questionário de professores e coordenador pedagógico evidenciam que 57% dos respondentes consideram a avaliação institucional como parâmetro para a melhoria da qualidade de ensino. Esse indicador mostra que se faz necessário repensar as práticas vivenciadas na escola.

Os dados da pesquisa permitem perceber que se faz necessário uma política interna na escola, visando a participação de todos os funcionários da escola. Nesse sentido podemos perceber que devemos fazer da avaliação uma constante para alcançarmos sempre a melhoria da qualidade de ensino.

Conforme a análise dos dados verifica-se também que o grupo de trabalho considera importante a participação da comunidade no processo de

autoavaliação. Fica evidente também a importância do relacionamento intrapessoal da direção com o grupo de trabalho, e as reuniões de avaliação com a comunidade escolar. Entretanto, esta relação entre comunidade e escola está defasada, precisando a equipe gestora e demais membros da equipe escolar buscar alternativas para que as famílias se sintam responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos escolares, e participem ativamente das atividades propostas pela escola, sendo estas devidamente explícitas e abertas às proposições e críticas de todos.

Vimos que avaliação institucional é mecanismo indispensável para que a equipe gestora possa aferir as ações desenvolvidas e assim promover as mudanças necessárias.

Nessa perspectiva, ao relacionar a análise ao objetivo, pode-se constatar diante dos resultados que a Escola Cantinho do Saber utiliza avaliação institucional como parâmetro para elaboração do Projeto Político-Pedagógico como instrumento de gestão democrática, entretanto, este processo está defasado, e precisa passar por uma reformulação.

Para a escola desempenhar o papel que a sociedade espera dela, enfatizam-se, hoje, os princípios da autonomia. A autonomia permite que escola assuma sua própria gestão com liberdade para encontrar a melhor sintonia com a comunidade que atende de modo a desenvolver a relevância social e econômica da educação que oferece. De outro lado, a autonomia das escolas liberou os órgãos educacionais de suas antigas funções administrativas, substituindo-as pelas funções de avaliação da qualidade.

Com a avaliação institucional é possível acompanhar mais de perto, aumentando as interações entre a equipe, e aprimora as ações da escola como um todo. E também verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas com os resultados esperados. É este contraponto entre o pretendido e o realizado que dá sentido à avaliação.

A avaliação institucional preocupa-se essencialmente com os resultados das ações educativas da escola, em particular, os relativos a ensinar e aprender. Sendo assim, a avaliação deve ser um processo contínuo e aberto, no qual os setores da escola – pedagógicos, administrativos e comunidade -

reflitam sobre seus modos de atuação e os resultados de suas atividades em busca da melhoria da escola como um todo.

REFERÊNCIAS

AZANHA, José Mário Pires. **Proposta pedagógica e autonomia da escola.** *Cadernos de História e Filosofia da Educação*, São Paulo, v. II, n. 4, p. 11-21, 1998a.

BELLONI, Isaura e BELLONI, José Angêlo. Questões e propostas para uma avaliação institucional formativa. In: FREITAS, Luiz Carlos de (Org). **Avaliação de escolas e universidades.** Campinas. (2003, p 9-34).

BETINI, Geraldo Antônio. **A Construção do Projeto Político-Pedagógico da Escola.** Disponível em: http://www.escolapadrereus.com.br/portal/JP/JP_texto_01.pdf Acesso em 03/10/2015.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> acesso em: 05/10/2015.

BRITO, Ana Rosa Peixoto de. **LDB da “Conciliação” possível à Lei “Proclamada”.** Graphitte: Belém, 1997.

CARMINATTI, Simone Soares Haas; BORGES, Martha Kaschny. **Perspectivas da avaliação da aprendizagem na contemporaneidade.** Est. Aval. Educ. São Paulo, v. 23, n. 52, p. 160-178, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1734/1734.pdf>. Acesso em: 22/10/2015.

CARVALHO, E.F; PORFIRO, J.C.M **Avaliação Institucional:** a experiência da Universidade Federal do Acre, Campinas, RAIES – V.06 – nº 02 (20) Jun. 2001, p. 17 a 32.

DALBEN, A.; SORDI, M.R.L. Avaliação Institucional Participativa: qual o “seu poder”? In: SORDI, M.R.L.; SOUZA, E.S.S. (Org.). **A Avaliação Institucional como Instância Mediadora da Qualidade da Escola Pública:** a rede municipal de educação de Campinas como espaço de aprendizagem. Campinas: Millennium Editora, 2009. p. 145-170.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de avaliação educacional aprendizagem institucional e em larga escala.** 2014.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal. **Regulamento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.** 6. Ed. Brasília. 2015

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal. **Projeto Político – Pedagógico Professor Carlos Motta**. Brasília 2012.

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal. **Orientação Pedagógica Projeto Político Pedagógico e Coordenação Pedagógica nas Escolas**. Brasília. 2014

DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal. **Projeto Político Pedagógico escola Cantinho do Saber**. Brasília. 2014

DISTRITO FEDERAL (Brasil). **Portaria Nº 284**, de 31 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os critérios para Distribuição de Carga Horária, os procedimentos para a escolha de turmas e para o desenvolvimento das atividades de coordenação pedagógica para os servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal. DODF, Brasília, DF, n. 275, 31 dez. 2014. Seção 1, Extra.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. Cad. Pesqui., Mar 2002, nº.115, p.139-154. ISSN 0100-1574. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100005> Acesso em: 03/10/2015

EYNG, A. M. Projeto pedagógico: construção coletiva da identidade da escola - um desafio permanente. **Revista Educação em Movimento**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 25-32, jan./abr. 2002.

FERNANDES, Cláudia. Texto 1: **Dimensões da avaliação Concepções e finalidades da avaliação em educação**, in Avaliação um tema polêmico. Ano XX Boletim 18 - Novembro 2010.

FERNANDES, C. e FREITAS, L. C. **Indagações sobre o currículo**: currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

FERREIRA, N. S. C. F. **Projeto Político Pedagógico**. Curitiba, Facinter: 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FUSARI, J.C. **O papel do planejamento na formação do educador**. São Paulo, SE/CENP, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas 2006.

HOFFMAN, Jussara. **O jogo do contrário em avaliação**. 3.e.d. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2004.

LUCK, H. **A escola participativa**: o trabalho do Gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 1ed.,1996, p.37).

LÜDKE, Menga e Marli E. D. A. André. **Pesquisa em Educação Abordagens Qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M.C.S. et all. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, Vozes, 2001.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza e Almeida Laurinda de Ramalho. **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2003.

RIOS Marilene e PEDROSA, Priscilla – **Avaliação formativa como reguladora das aprendizagens**. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. 2010.

SÁ, Virgínio. **A (auto)avaliação das escolas**: “virtudes” e “efeitos colaterais”. Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p.87-108, jan./mar.2009.

SAUL, Ana Maria Avela. **A Avaliação Educacional**. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_22_p061-068_c.pdf Acessado em 15/11/2015. Acesso em: 21/11/2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Cortez Editora, 2008.

SORDI, Mara Regina Lemes de e LUDKE, Menga. **Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional**: aprendizagens necessárias. Campinas: Sorocaba, SP, v.14, n. 2, p. 313-336, jul. 2009.

SOUSA, S.Z. **Avaliação escolar**: constatações e perspectivas. Revista de Educação AEC, Brasília - DF, ano 24, n 94, p.59-66, jan./mar. 1995.

SOUZA, Marcos Francisco, et al. **Avaliação Institucional**: qualidade e aplicabilidade. Revista eletrônica: conhecimento em destaque. FABRA – Faculdade Brasileira. 2013. Disponível em: <http://www.soufabra.com.br/revista/index.php/cedfabra/article/view/30/28>. Acesso em: 15/01/2016.

TURATO, E.R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis RJ.: Editora Vozes, 2003.

VEIGA, I. P. (Org). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico**. Campinas:Papirus, 2001

VEIGA, I. P. A. **Inovações e projeto político-pedagógico:** uma relação regulatória ou emancipatória? Caderno CEDES, vol. 23 n 61, Campinas, Dec.2003.

VEIGA, I. P. FONSECA M.(Orgs). **As dimensões do projeto político-pedagógico:** novos desafios para a escola. 6. ed.Papirus, 2008

APÊNDICE



**MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO – MEC
PROGRAMA NACIONAL DE ESCOLA DE GESTORES
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFORM / UnB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
CURSISTA: KAIO DA SILVA SOUZA**

Senhores professores e coordenadores pedagógicos, o presente questionário é parte de uma pesquisa de Especialização em Coordenação Pedagógica, e tem como objetivo investigar se a avaliação institucional tem sido utilizada como referência para a construção e o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Vale ressaltar que em todas as etapas da pesquisa será mantido o anonimato de todos os participantes.

Obrigado pela colaboração,
Kaio da S. Souza

1) Há quanto você exerce o cargo de professor na secretaria de educação?

- ☐ de 1 a 5 anos
- ☐ de 6 a 9 anos
- ☐ de 10 a 15 anos
- ☐ 16 ou mais anos

2) Há quanto tempo você está nesta escola?

- ☐ de 1 a 5 anos
- ☐ de 6 a 9 anos
- ☐ de 10 a 15 anos
- ☐ 16 ou mais anos

3) Ocupa ou já ocupou a função de coordenador pedagógico?

- ☐ Sim
- ☐ Não

• Por quanto tempo?

- ☐ 1 ano
- ☐ 2 anos
- ☐ 3 anos
- ☐ 4 anos
- ☐ 5 ou mais

• Ocupa a função atualmente?

- ☐ sim
- ☐ Não

4) Como você avalia a coordenação pedagógica em sua escola?

- ☐ Satisfatória
- ☐ Insatisfatória
- ☐ Razoável
- ☐ Excelente
- ☐ Não consigo avaliar

Justifique

5) A coordenação pedagógica tem contribuído na articulação e desenvolvimento do PPP da escola?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Por que?

6) Qual tipo de relação tem se estabelecido entre coordenação pedagógica, docentes e processo de ensino – aprendizagem?

7) A equipe gestora de sua escola aceita a participação democrática do grupo no processo de elaboração do PPP?

- ☐ Sempre

- () Às vezes
- () Nunca

Justifique

8) A avaliação Institucional é um instrumento que serve de parâmetro para melhorar a qualidade de ensino?

- () Sempre
- () Nem sempre
- () Algumas vezes

Por que?

9) É importante transformar os resultados da avaliação em prioridades para o aprimoramento da Escola?

- () Sempre
- () Às vezes
- () Nunca

Justifique

10) Como deve ser a participação da comunidade escolar no processo de auto avaliação da escola?

- () De forma efetiva

- () Esporádica
- () Não deve participar
- () Não sei informar

11) Você concorda que a Avaliação Institucional seja um facilitador da construção e elaboração do PPP?

- () Sim
- () Não
- () Não sei responder

- **Por quê?**

12) A Avaliação Institucional é parâmetro de referência para a melhoria da Gestão Democrática, sendo elemento norteador da construção do PPP?

- () Sim
- () Não
- () Não sei responder

- **Por quê?**

13) O que você pensa sobre a Avaliação Institucional?

14) Você participa da Avaliação Institucional na escola? Como é sua participação?

15) Qual o envolvimento da Coordenação Pedagógica no processo de Avaliação Institucional da escola?

16) A Coordenação Pedagógica discute os resultados da Avaliação Institucional?

- () Sim
() Não

- Se sim, como isso ocorre?



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO – MEC

PROGRAMA NACIONAL DE ESCOLA DE GESTORES

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFORM / UnB

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CURSISTA: KAIO DA SILVA SOUZA

Senhores pais ou responsáveis, o presente questionário é parte de uma pesquisa de Especialização em Coordenação Pedagógica, e tem como objetivo: Investigar se a avaliação institucional tem sido utilizada como referência para a construção e o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da Escola.

Vale ressaltar que em todas as etapas da pesquisa será mantido o anonimato de todos os participantes.

Obrigado pela colaboração,
Kaio da S. Souza

1) Há quanto tempo seu filho estuda na Escola Alegria de Saber?

- ☐ 01 ano
- ☐ 02 a 03 anos
- ☐ 04 ou mais

2) Com que frequência os pais são convocados pela escola para participar das atividades organizadas pela escola?

- ☐ Mensal
- ☐ Bimestral
- ☐ Semestral
- ☐ Anual
- ☐ Não sou convocado

3) A sua participação nas atividades pedagógicas da escola se concretiza em:

- ☐ Reuniões
- ☐ Por meio de questionários
- ☐ Sempre Participa (em todas atividades propostas pela escola)
- ☐ Algumas vezes participa (em todas atividades propostas pela escola)
- ☐ Nunca participa (em todas atividades propostas pela escola)

4) Você considera que a equipe da escola é preocupada com a aprendizagem dos alunos?

- ☐ Não se preocupa
- ☐ Não sei informar
- ☐ Muito preocupada
- ☐ Pouco preocupada

5) Você conhece o Projeto Político Pedagógico da escola?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6) Os projetos pedagógicos da escola estão adequados aos anseios da comunidade escolar?

- ☐ Sempre
- ☐ Algumas vezes

- () Nunca
- () Não sei

7) Você tem conhecimento da avaliação institucional realizada pela escola?

- () Sim
- () Não
- () Raramente
- () Não sei informar

8) Se sim, como é sua participação?

- () Satisfatória
- () Insatisfatória
- () Razoável
- () Excelente

9) Você concorda que a escola de seu filho é uma escola democrática onde você pode sempre questionar e sugerir mudanças?

- () Sim
- () Não
- () Raramente
- () Não sei informar

10) Se sim, já percebeu alguma mudança a partir dessas sugestões?

- () Sim
- () Não

11) O que você pensa sobre a Avaliação Institucional?



**MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO – MEC
PROGRAMA NACIONAL DE ESCOLA DE GESTORES
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFORM / UnB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
CURSISTA: KAIO DA SILVA SOUZA**

Senhor Diretor, o presente questionário é parte de uma pesquisa de Especialização em Coordenação Pedagógica, e tem como objetivo: Investigar se a avaliação institucional tem sido utilizada como referência para a construção e o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da Escola.

Vale ressaltar que em todas as etapas da pesquisa será mantido o anonimato de todos os participantes.

Obrigado pela colaboração,
Kaio da S. Souza

1) Há quanto tempo você é diretor da Escola?

- ☐ Há 01 ano
- ☐ De 02 a 03 anos
- ☐ De 04 a 05 anos
- ☐ Mais de 05 anos

2) Com que frequência é realizada a avaliação institucional de sua escola?

- ☐ Mensal
- ☐ Bimestral
- ☐ Semestral
- ☐ Anual

3) O que você pensa sobre a Avaliação Institucional?

4) Existe uma comissão interna responsável pela operacionalização da avaliação institucional?

- ☐ sim
- ☐ Não

Se sim, quem são os componentes dessa comissão?

5) Como a Avaliação Institucional deve ser usada pelo Gestor escolar??

6) Como foi sua participação na elaboração do PPP?

7) O que a escola faz após a realização da Avaliação Institucional?

8) Você acha necessário elaborar uma síntese da avaliação institucional destacando os pontos mais relevantes? Por que?

9) O que a escola costuma fazer com os resultados da Avaliação Institucional?

10) Existe algum documento que conduza a Avaliação Institucional? Qual? Por que?

11) Qual o envolvimento da Coordenação Pedagógica no processo de Avaliação Institucional da escola?



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO – MEC

PROGRAMA NACIONAL DE ESCOLA DE GESTORES

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFORM / UnB

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CURSISTA: KAIO DA SILVA SOUZA

Senhores profissionais da carreira Assistência em Educação, o presente questionário é parte de uma pesquisa de Especialização em Coordenação Pedagógica, e tem como objetivo: Investigar se a avaliação institucional tem sido utilizada como referência para a construção e o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da Escola.

Vale ressaltar que em todas as etapas da pesquisa será mantido o anonimato de todos os participantes.

Obrigado pela colaboração,
Kaio da S. Souza

1) Há quanto tempo você trabalha na Escola Alegria de Saber?

- ☐ Há 01 ano
- ☐ De 02 a 03 anos
- ☐ De 04 a 05 anos
- ☐ Mais de 05 anos

2) A direção da escola faz reunião de avaliação com toda comunidade escolar?

- ☐ Sempre
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca
- ☐ Não sei informar

3) Você concorda que a avaliação institucional é uma atividade que permite o aprimoramento da escola? Você considera que esse tipo de reunião tem trazido algum benefício para a escola?

- ☐ Sim
- ☐ Às vezes
- ☐ Nunca
- ☐ Não sei

4) Como você considera a sua participação nas reuniões e avaliações promovidos pela escola?

- ☐ Ótima
- ☐ Boa
- ☐ Regular
- ☐ Ruim

5) A equipe gestora de sua escola aceita a participação democrática do grupo na tomada de decisões?

- ☐ Sempre
- ☐ às vezes
- ☐ Nunca

6) Você tem conhecimento e participa da Avaliação Institucional da sua escola?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se não, por que?

7) O que você pensa sobre a Avaliação Institucional?

8) Como foi sua participação na elaboração do PPP?

- () Ótima
() Boa
() Regular
() Não Participei

Justifique